

TRABALHO E SAÚDE DOCENTE: PANORAMA DA REDE DE ENSINO PÚBLICO DE ANGRA DOS REIS – RJ¹

Felipe de Oliveira Melo²

Resumo

Este trabalho apresenta um panorama da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis, RJ, focado nas condições e situações do trabalho docente com potencial impacto na saúde dos seus professores. Justifica-se pela necessária discussão da relação entre o trabalho e a saúde dos docentes no ambiente escolar. Para tanto, usa-se a categoria do “mal-estar docente” (Esteve, 1999) e de seus fatores principais e secundários inseridos na pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, além dos dados do Censo Escolar (INEP, 2024) e da Enquete Docente, que consiste num formulário online aplicado pelo LIEPE em parceria com o SEPE/RJ e o Sinpro-Rio, respondida voluntariamente por docentes da rede municipal. Conclui-se, preliminarmente, que o mal-estar docente está manifestado na rede de ensino em decorrência das condições estruturais e contextuais do trabalho de professoras e professores.

Palavras-chaves: Trabalho docente. Saúde docente. Angra dos Reis. Precarização. Mal-Estar Docente.

TRABAJO Y SALUD DOCENTE: PANORAMA DE LA RED DE ENSEÑANZA PÚBLICA DE ANGRA DOS REIS - RJ

Resumen

Este trabajo presenta una panorámica de la red pública municipal de enseñanza de Angra dos Reis, RJ, centrada en las condiciones y situaciones del trabajo docente con potencial impacto en la salud de sus profesores. Se justifica por la necesaria discusión de la relación entre el trabajo y la salud de los docentes en el entorno escolar. Para ello, se utiliza la categoría de “malestar docente” (Esteve, 1999) y sus factores principales y secundarios incluidos en la investigación bibliográfica de naturaleza cualitativa, además de los datos del Censo Escolar (INEP, 2024) y de la Encuesta Docente, que consiste en un formulario en línea aplicado por el LIEPE en colaboración con el SEPE/RJ y el Sinpro-Rio, respondido voluntariamente por los docentes de la red municipal. Se concluye, de manera preliminar, que el malestar docente se manifiesta en la red de enseñanza como consecuencia de las condiciones estructurales y contextuales del trabajo de los profesores y profesoras.

Palabras clave: Trabajo docente. Salud docente. Angra dos Reis. Precarización. Malestar docente.

WORK AND TEACHERS' HEALTH: OVERVIEW OF THE PUBLIC EDUCATION NETWORK IN ANGRA DOS REIS, RIO DE JANEIRO STATE

Abstract

This paper presents an overview of the municipal public school system in Angra dos Reis, RJ, focusing on the conditions and situations of teaching work with a potential impact on the health of its teachers. It is justified by the necessary discussion of the relationship between work and the health of teachers in the school environment. To this end, the category of “teacher malaise” (Esteve, 1999) and its main and secondary factors included in qualitative bibliographic research, in addition to data from the School Census (INEP, 2024) and the Teacher Survey, which consists of an online form applied by LIEPE in partnership with SEPE/RJ and Sinpro-Rio, voluntarily answered by teachers in the municipal network. The preliminary conclusion is that teacher malaise is manifested in the school system as a result of the structural and contextual conditions of teachers' work.

¹ Artigo recebido em 04/10/2025. Avaliação em 09/10/2025. Aprovado em 18/11/2025. Publicado em 23/12/2025.

² Graduado em Pedagogia pela Faculdade Campos Elísios. Docente na rede pública municipal de Angra dos Reis/RJ.

Keywords: Teaching work. Teacher health. Angra dos Reis. Precarization. Teacher Malaise.

INTRODUÇÃO

No Brasil, como um país de capitalismo dependente e abissal desigualdade social, a incompatibilidade entre tais interesses torna-se evidente nas lutas por reformas e contrarreformas educacionais no decorrer da história da educação, na contemporânea e distinta concepção educacional da relação público-privado que diferencia instituições de ensino pela classe social, bem como na ação de movimentos sociais que fazem, usam e defendem a escola pública, gratuita, laica e de qualidade. Destarte, “este quadro não pode ser alterado sem lutas antissistêmicas” (Leher, 2010, p.32).

As crises cíclicas do sistema capitalista oportunizam à classe dominante, sob a ideologia neoliberal para o “soerguimento do capital”, a reestruturação produtiva, inclusive através de maior flexibilidade no trabalho como uma das estratégias usadas para a “acumulação flexível” (Harvey, 2008, p. 140) do capital pela burguesia, solapando o trabalho organizado. A ideia de “trabalho flexível” é um verdadeiro ataque à classe trabalhadora, gerando a substituição de empregos por trabalhos precarizados, o aumento da exploração da mão de obra pela necessidade de subsistência e a captura da subjetividade do trabalhador. (Antunes, 2011, p. 406- 407) Neste contexto, a grande massa de trabalhadores vive para trabalhar ao invés de trabalhar para viver, onde o mundo do trabalho tem determinado a flexibilização do trabalho que diminui, cada vez mais, os postos de trabalho formais.

As mudanças nas relações de trabalho são heterônomas e, em grande parte causadas pela burguesia, a partir de interesses pelo aumento da mais-valia, produzindo sequelas no corpo social, físico e psíquico do trabalhador, com o “desperdício de vida e da saúde dos trabalhadores” (Marx, 1974, p. 99).

Como categoria, os professores são os profissionais que formam todos os outros, então podem ser estratégicos, como categoria profissional coletiva, para o desenvolvimento dos interesses do capital. Nessa lógica capitalista, torna-se útil submeter o trabalho docente a políticas educacionais que garantam uma educação com competências socioemocionais para a classe trabalhadora, incluindo a própria categoria docente, conferindo-lhes capacidades de adaptação e resiliência para lidar com a precarização do trabalho e com o desemprego, além de oferecer treinamento básico para a manutenção do “exército de reserva” de trabalhadores à disposição do mercado. Portanto, o trabalho docente também tende a ficar submetido às transformações, tanto quanto a sua natureza como ao nível ao qual ficará subsumido ao controle heterônomo, causando mudanças na relação deste com a saúde do trabalhador docente.

Neste amplo cenário, o presente trabalho visa apresentar um breve panorama da rede de ensino público de Angra dos Reis, focado nas condições e situações do trabalho docente com potencial impacto na saúde dos seus professores. Justifica-se pela necessária discussão da relação entre o trabalho e a saúde dos docentes no ambiente escolar, considerando a saúde como direito dos trabalhadores.

O município de Angra dos Reis está situado no Estado do Rio de Janeiro no litoral da região Sul-fluminense, entre os municípios de Paraty, Mangaratiba e Rio Claro. De acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2022) a sua população apresentou taxa de 98,21% de escolarização de crianças entre 6 a 14 anos de idade, consistindo no total de 167.434 pessoas e estimativa de 179.142 pessoas em 2025. Esta pesquisa inscreve-se no conjunto de investigações organizadas pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), cujo objetivo é investigar os fatores do mal-estar docente nas redes públicas municipais, estadual e particulares do estado do Rio de Janeiro, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, principalmente embasado nas abordagens gramscianas, que compreendem o Estado Ampliado (Mendonça, 2014) como aquele em que a sociedade civil participa da disputa do Estado estrito a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2024).

Para tanto, parte-se da compreensão apresentada por Esteve (1999), que apresenta o mal-estar docente como categoria de análise apropriada para entender o processo de sofrimento pelo qual passam os professores ao longo das últimas décadas. Neste sentido, a pesquisa focou as condições e situações que causam o mal-estar, ao que Esteve denominou como “fatores principais” (Esteve, 1999, p. 47), relacionados ao clima da sala de aula gerando tensões adversas, e os “fatores secundários” (Esteve, 1999, p. 27), correlatos aos aspectos contextuais à profissão docente como sua imagem perante a sociedade.

Também serão consideradas as consequências da presença do mal-estar docente, considerando-se o jogo conceitual de “auto-implicação-inibição” (Esteve, 1999, p.60), tendo a autoinibição como reação de defesa dos professores às pressões do trabalho e a autoimplicação como uma fonte de autorrealização sob condições de extrema exigência social e profissional.

Como conclusão apresentar-se-á as análises preliminares diante dos resultados obtidos até o momento que dialogam com a conjuntura político educacional vivida no campo do trabalho docente.

A METODOLOGIA E O LEVANTAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA

Invariavelmente, a implementação de políticas favoráveis aos trabalhadores esbarra na vontade política do poder hegemônico, classe dominante e dirigente, que se pauta pela manutenção da conservação do sistema econômico e político. Nesta disputa por interesses usam-se, como *modus operandi* para facilitar o consenso, mecanismos como fóruns, conselhos e audiências públicas em diferentes esferas federativas do Estado, visando a participação social como marca certificadora de um processo chamado democrático que, ao fim e ao cabo, homologa, largamente, a política de interesse do poder hegemônico. Portanto, a luta tem urgência na conquista de corações e mentes, na compreensão de que a exploração do trabalho para acumulação de capital, é uma construção sócio-histórica e, portanto, passível de transformações, a depender da correlação de forças ao longo do tempo.

Neste sentido, adotamos os fundamentos teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético, destacadamente a totalidade/contradição, ou a unidade concreta de contradições interativas, mas também totalidades de totalidades circunscritas a um período histórico determinado. “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (Kosík, 1969, p. 35). Ainda com base em Kosík, temos que:

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. (id. *ibid.* p. 40)

Sabemos que o contexto escolar apresentado através da experiência do pesquisador, não corresponde à compreensão da totalidade, entretanto, ao ser analisado teoricamente compreende-se que este compõe-se como parte desta totalidade produzida pelo processo sócio-histórico, além de permitir a compreensão deste conjunto de fatos, sendo este, tanto indicador como decifrador de si mesmo, ou seja, adquirir pelo estudo teórico um conteúdo fundamentado enquanto que, concomitantemente, permite a compreensão de algo mais abrangente.

Por outro lado, observamos a importante consideração metodológica formulada por Gramsci, citado por Saviani (2008), quando nos adverte que é necessário sempre fazer a distinção entre movimentos orgânicos e conjunturais na análise de uma estrutura. A

metodologia como um processo permite ao pesquisador traçar o desenho de sua pesquisa. Abre espaço para estabelecer as técnicas, os instrumentos e as estratégias que serão utilizadas para caminhar no sentido de dar conta da problemática proposta.

Assim, neste artigo, busca-se estabelecer um panorama preliminar da rede municipal de Angra dos Reis, a partir de duas fontes: (a) os dados do Censo Escolar, disponíveis através da plataforma Power-BI, que consolida os dados da rede do período compreendido entre 2014 e 2024; (b) os dados da Enquete Docente, realizada pelo LIEPE, para compreender na perspectiva dos próprios profissionais tanto os fatores, quanto os efeitos do mal-estar sobre a práxis docente.

Conforme Costa (2024), com este panorama, não pretendemos “(psico)patologizar a produção da vida, por mais que sob condições exploratórias, opressivas e alienantes” (p. 25). Entretanto, busca-se fornecer aos profissionais da educação da referida rede municipal, bem como às suas entidades representativas de classe, um panorama inicial, sob o qual possam se debruçar no intuito de organizar as suas reivindicações acerca do direito à saúde do trabalhador docente.

OS CONTEXTOS DO AMBIENTE DE TRABALHO E DA SAÚDE DOCENTE

De acordo com o Censo Escolar (INEP, 2024), o número de professores atuando na rede de ensino público municipal de Angra dos Reis, em Educação Básica, é de 1.082 professores e destes, 6 são pessoas com deficiência. Quanto ao vínculo de trabalho, 969 (88,8%) são concursados efetivos, 120 (11%) são contratos temporários e 2 (0,2%) são contratos celetistas.

Cerca de 91,5% dos professores da rede trabalham em escolas de área urbana e cerca de 8,5% em área rural, incluindo as escolas de ilhas. Entre os docentes, 899 se declaram do sexo feminino e 183 do sexo masculino. Quanto a cor, 49,8% se autodeclaram como pretos/pardos e 47,6% como brancos. A formação acadêmica profissional está dividida em: 815 docentes (75,32%) possuem o nível superior em licenciatura, 16 (1,48%) concluíram o bacharelado, 229 (21,16%) possuem o nível médio com habilitação para o magistério pelo Curso Normal e 22 (2,03) possuem nível médio ou inferior.

De acordo com a série histórica do Censo Escolar, 2014 a 2024, ressalta-se o aumento do número dos professores na etapa de Educação Infantil (+379,8%) e nos Anos Iniciais (+13,1%). Em contrapartida, há a diminuição do número de professores na etapa de Anos Finais (-6,2%) e na modalidade EJA (-44,2%). Ademais, as idades dos docentes apresentam

um envelhecimento da categoria, considerando o período de 2014 a 2024, a faixa etária dos docentes com até 34 anos teve queda progressiva atingindo 24,5 p.p.³, entretanto houve aumento de 15,5 p.p na faixa etária de 35 até 49 anos e por fim, entre os docentes com 50 anos ou mais atingiu 9 p.p. de aumento. Mesmo com a ocorrência de concursos públicos para cargos do magistério, em 2015 e 2021, não apresentaram significativo ingresso de profissionais abaixo de 34 anos de idade.

Quanto às escolas, o Censo Escolar (INEP, 2024) apresenta a rede educacional de ensino do município de Angra dos Reis configurada com 91 unidades escolares, com 81,32% em área urbana e 18,68% rural. Entre as escolas da rede, uma é de comunidade indígena, uma de comunidade quilombola e uma do programa de escolas cívico-militares. Dentre as 91 escolas, 92,3% possuem matrículas de alunos da Educação Especial. Salienta-se que a rede apresentou um aumento de 144,9% de matrículas de estudantes da modalidade Educação Especial, saltando de 648 em 2014 para 1.587 em 2024. Ademais, a prefeitura informa ao público a lista com 23 escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para atendimento de Educação Especial. No recorte de porte escolar por número de matrículas, apresenta-se 11 escolas (até 50 matrículas), 32 escolas (51 a 200), 32 escolas (201 a 500), 14 escolas (501 a 1000) e 2 escolas (mais de 1000 matrículas).

No sítio “Matrícula Digital”⁴, da Prefeitura de Angra dos Reis e alimentado pela Secretaria de Educação, as unidades escolares apresentadas, em agosto de 2025, são: 22 - Centros de Educação de Tempo Integral (CETI) e destes, dois são de Educação Empreendedora, um para Anos Iniciais e outro para Anos Finais, além do centro do Programa de Educação Cívico Militar (PECIM); 22 - Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI) e outras 51 - Escolas Municipais regulares, algumas dividindo o mesmo prédio, sendo que entre estas há: uma Escola Municipal bilíngue de Educação de Surdos (EMES); uma Escola para Deficientes Visuais (EMDV) e cinco Escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Censo Escolar (INEP, 2024) aponta que a infraestrutura e recursos das escolas, por etapa de ensino, configuram-se da seguinte forma: Anos Iniciais: 91,2% das escolas possuem acesso à internet; 33,3% fornecem internet para os alunos; 22,8% possuem quadra de esportes; 14% laboratório de informática; 1,8% laboratório de ciências; 70,2% biblioteca/sala de leitura; 100% possuem banheiros; 50,9% possuem banheiro PCD e 7% auditório. Anos

³ Pontos percentuais (p.p.) usado para calcular a variação numérica.

⁴ Matrícula Digital - Consulta fila de espera. Disponível em: <https://matriculadigital.angra.rj.gov.br/#/fila>.
Acesse em 13/07/2025.

Finais: 100% das escolas possuem acesso à internet; 19% fornecem internet para os alunos; 47,6% possuem quadra de esportes; 33,3% laboratório de informática; 9,5% laboratório de ciências; 85,7% biblioteca/sala de leitura; 100% possuem banheiros; 57,1% possuem banheiro PCD e 38,1% auditório.

Essa infraestrutura deve atender às 24.944 matrículas totais efetuadas em 2024 e de acordo com o Censo Escolar (INEP, 2024) 94,2% estão alocadas em área urbana e 5,8% em área rural. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), somam 530 matrículas ofertadas na área urbana, representando 2,12% da rede de ensino público municipal. Nos Anos Iniciais o número de matrículas representou 43,6%; nos Anos Finais 26,17% e na Educação Infantil representou 28,1% do total de matrículas.

A Enquete Docente, aplicada na rede desde outubro de 2024 até junho de 2025, colheu 88 mostrou as condições relacionadas ao ambiente de trabalho neste município, da seguinte forma: Ausência de laboratório em 100% das respostas; Inexistência da CIPA com 87,7%; Ausência de segurança no trabalho com 53,8%; Número excessivo de alunos por sala marcou 42,3%; Inexistência de local para planejamento com 38,5%; Violência na escola com 35,9% e no entorno 37,2%; Ausência de ambiente para socialização em 29,5%; Ausência de sala de recursos/inclusão com 28,2% e dificuldade de acesso à escola em 8,9% das respostas.

A Enquete Docente foi realizada entre os meses de outubro de 2024 e junho de 2025, e foi respondida por um total de 1.370 docentes em todo o estado do Rio de Janeiro. Na rede de ensino municipal de Angra dos Reis, coletou dados de 88 docentes atuantes desde as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, além das modalidades de Educação Especial, Educação de Tempo Integral e Educação de Jovens e Adultos. Estes dados visam a busca e análise das contradições entre o formal e o funcional que interferem na saúde docente.

Dentre os respondentes da Enquete Docente na rede municipal de Angra dos Reis, 70 são do sexo feminino e 18 do sexo masculino. Quatro docentes respondentes possuem deficiência e, quanto ao gênero, 87 dos participantes se declararam como cisgênero e um preferiu não responder. Em relação à orientação sexual, 81 declaram-se heterossexuais, 4 bissexuais, um homossexual e dois preferiram não responder. Em relação à raça, 41 se autodeclararam brancos, 35 pardos, 10 pretos, 1 mestiça e 1 morena. A faixa-etária dos professores respondentes reafirma o processo identificado nos dados do Censo de envelhecimento da categoria. A somatória das faixas-etárias de 41 anos em diante, totalizam 63 respondentes, enquanto a somatória das faixas abaixo de 40 anos, totalizam apenas 30 respondentes.

Quanto aos dados funcionais, observa-se que 85 respondentes são “Efetivos/Concursados” e 3 são “Contratos Temporários”, no entanto, como vem sendo demonstrado pelo LIEPE, ao longo destas pesquisas, este dado tem escamoteado o número de funcionários que realizam hora-extra como forma de recompor seus salários defasados. Entre os respondentes, 28 disseram que realizavam hora-extra no momento de realização da enquête. Além disso, cabe também informar que 8 docentes informaram realizar atividade remunerada fora do magistério.

A Enquete Docente, também questionou os profissionais tanto sobre as condições físicas das unidades escolares como sobre as situações que impactam objetivamente sobre o trabalho docente. Estes dados são extremamente relevantes, porque deles decorrem o que Esteve (1999) definiu como os fatores secundários (indiretos) e fatores principais (diretos) que isoladamente já são potenciais riscos, contudo quando somados agravam o quadro de mal-estar docente no ambiente de trabalho.

De modo geral, a percepção dos profissionais é a de que as condições físicas das unidades escolares do município de Angra dos Reis são regulares ou ruins. Já a opção “Ruim/deficiente”, foi a mais respondida nos itens: “Proteção contra calor” e “Ventilação” com 39 respostas cada, “Acústica” com 37 e “Proteção contra umidade” com 30 respostas. Enquanto a opção “Regular” destacou-se em: “Equipamentos”, “Mobiliário”, “Rede elétrica”, “Adequação das edificações”, “Conservação predial”, “Rede Hidráulica” e “Rede de Esgoto”. Conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Condições físicas da(s) escola(s) ou instituição(ões) em que você trabalha nesta rede municipal?

Critérios/ Condições	Boa	Regular	Ruim	Não existem/Não se aplica	Prefiro não responder
Acessibilidade	31	25	24	6	0
Adequação da Edificação	20	39	23	2	1
Equipamentos	23	43	17	1	0
Mobiliário	24	41	18	2	0
Acústica	17	31	37	2	0
Ventilação	19	27	39	2	0
Conservação predial	25	39	22	1	0
Instalação de gás	22	26	10	15	14
Proteção contra calor excessivo	14	20	39	11	2
Proteção contra umidade	15	25	30	15	2
Rede de esgoto	33	34	8	5	7
Rede elétrica	21	41	19	4	2
Rede hidráulica	27	37	17	2	4

Elaborado pelo autor, Enquete Docente, 2025.

Igualmente relevantes a este trabalho, são os dados da Enquete Docente relacionados às condições de trabalho que apontam carências, entre elas: espaços de experimentação, espaços de convivência fora de sala de aula e de segurança. Nesta questão, 63 docentes marcaram as opções “Ausência de Laboratório” e de “Inexistência de CIPA⁵”, “Ausência de segurança do trabalho” em 38 respostas; “Número excessivo de alunos por sala” com 34 respostas; “Ausência de Salas de Recursos/Inclusão” com 25 respostas; “Violência na escola” e “Violência no entorno”, respectivamente em 22 e 24 respostas, e “Ausência de espaços para socialização” com 22 respostas.

A necessidade de ambientes externos à sala de aula, para convivência e experimentação são relevantes para a aprendizagem discente e desenvoltura docente, promovendo diversidade nas práticas educacionais para além das aulas expositivas na lousa e proporcionando uma ambiência mais interessante para os discentes.

No entanto, os dados do Censo Escolar (INEP, 2024), reforçam a ausência destes ambientes externos à sala de aula, na rede municipal. Segundo estes dados, a infraestrutura das 92 escolas da rede municipal, por etapa de ensino, está demonstrada da seguinte forma: Anos Iniciais - 22,8% possuem quadra de esportes; 14% laboratório de informática; 1,8% laboratório de ciências; 70,2% biblioteca/sala de leitura; 50,9% possuem banheiro PCD e 7% auditório. Anos Finais - 47,6% possuem quadra de esportes; 33,3% laboratório de informática; 9,5% laboratório de ciências; 85,7% biblioteca/sala de leitura; 57,1% possuem banheiro PCD e 38,1% auditório. A infraestrutura nas escolas não garante ambientes externos à sala de aula para que as atividades pedagógicas possam ser diversificadas. O que aumenta a exigência sobre o professor regente.

Configurados dentre os fatores principais geradores do mal-estar docente, estão as situações que afetam diretamente o trabalho docente. Objetivamente a Enquete Docente questionou sobre as Situações que impactam na sua saúde enquanto docente e conforme os 88 professores respondentes, sobressalta-se a “Atividades não valorizadas” com 64 respostas”; “Excesso de normatizações” com 61 respostas; “Dificuldade de aprendizagem dos alunos” com 57; “Dificuldade de motivação dos alunos” com 55 respostas; “Acúmulo de cargos/funções” com 41; “Relação número de alunos por professor” com 39 respostas e “Assédio moral” com 34; “Falta de democracia na escola” com 33 respostas entre outras.

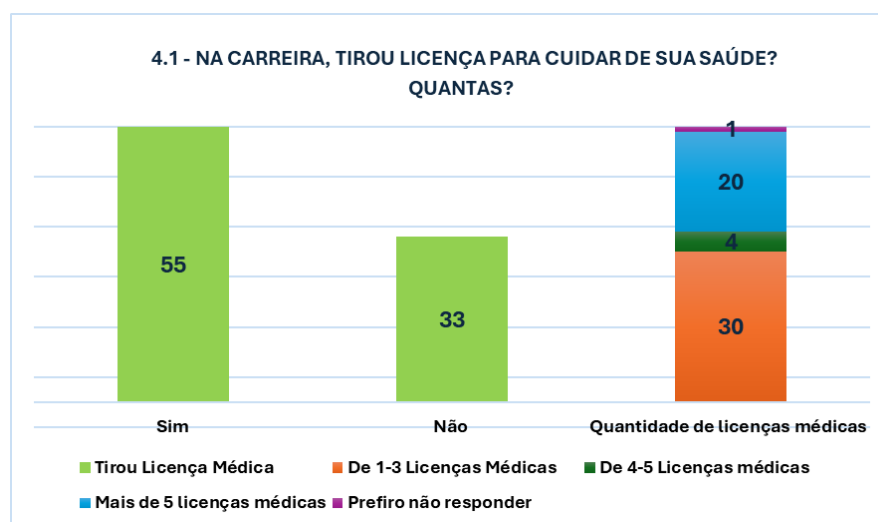
⁵ Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA. Instituída pela Portaria nº 4.219, de 20 de dezembro de 2022 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Quando os respondentes se manifestaram quanto aos sintomas de mal-estar docente e/ou adoecimento que tem experimentado como docente, estabeleceram a percepção docente quanto a relação entre trabalho e saúde. Entre as respostas, destacam-se: “Cansaço ou Fadiga” com 81 respostas; “Ansiedade” (77); “Dor de cabeça” (57); “Dificuldade de concentração” e “Nervosismo” com 55 respostas cada; “Indisposição” (54); “Problemas de voz” e “Dor nas costas” com 49 respostas cada; “Dores musculares” e “Sonolência” com 44 cada, entre outras.

Nestas condições de trabalho, os docentes relatam como uso padrão de medicação o seguinte: 40 docentes fazem uso contínuo com prescrição médica (45,4%); 23 docentes fazem uso esporádico por prescrição médica (26,1%); 6 relatam uso contínuo por automedicação (6,8%) e 5 fazem uso esporádico por automedicação (5,7%); 14 docentes não fazem uso de medicação (16%). A quantidade de respondentes que fazem uso de medicamentos com prescrição médica de uso contínuo e esporádico somam 71,5% que já representa um número elevado, contudo se somarmos o uso de medicamento sem prescrição médica, contínuo ou esporádico, chegamos a 84%. Há também a procura por tratamentos alternativos, como a psicoterapia e, na enquete, 45 docentes responderam que faz ou já fez uso; outros 41 responderam que não fizeram uso e 2 preferiram não responder.

Percebemos que o uso de licenças médicas tem sido necessário aos docentes durante a carreira, pois 55 respondentes (62,5%) a usaram. A quantidade destas licenças variou entre 1 a 3 em 54,5% dos casos, de 4 a 5 em 7,4% dos casos e em mais de 5 licenças em 36,3% dos casos de necessidades relatadas, conforme o Gráfico 1. Quanto a duração destas licenças, foram declaradas na seguinte proporção: até 5 dias (9,1%); de 6 a 10 dias (5,4%); de 11 a 15 dias (5,4%); de 16 a 20 dias (9,1%); de 21 a 30 dias (7,3%); de 36 a 40 dias (5,45%) e em mais de 40 dias (50,9%).

Gráfico 1 - Na carreira docente, tirou licença para cuidar da saúde? Quantas?



Elaborado pelo autor. Enquete Docente, 2025.

Há ainda, uma aparente resistência quanto a permanência na profissão docente evidenciada por 17 respondentes que desejam trocar de profissão e 18 que assumem a possibilidade de trocar, enquanto 29 respondem que não desejam trocar. Contudo, na avaliação desta questão vemos que o tempo de experiência no magistério pode influenciar, considerando que 27 dos respondentes possuem mais de 20 anos de trabalho, 30 docentes estão entre 11 e 20 anos de trabalho e 31 trabalham há 10 anos ou menos no magistério. Ainda, a faixa etária dos respondentes entre 41 e 50 anos é de 42%, na qual a troca de emprego é mais dificultada.

CONCLUSÕES

A partir da análise preliminar dos dados, pôde-se constatar um processo de envelhecimento da categoria docente da rede. As condições de infraestrutura como a falta de ventilação e a falta de proteção contra calor excessivo, a carência de ambientes de experimentação e de convivência fora da sala de aula, além das dificuldades de motivação e aprendizagem dos alunos se confirmam como fatores primários do mal-estar docente presentes na rede, sobrecarregando os professores que acabam tendo de planejar atividades diversificadas em ambientes não preparados para tal, exigindo-lhes voluntarismo no trabalho.

Os dados apresentam a precarização do trabalho docente, também na ausência de espaços para socialização e para realizar as atividades extraclasse. A ausência de espaço para socialização também proporciona o isolamento entre os professores e a perda do apoio mútuo,

aumentando a sobrecarga do trabalho. A categoria docente necessita de espaço físico disponível, adequado e equipado com os recursos infraestruturais necessários ao trabalho.

Por tudo isto, cabe o aprofundamento deste estudo, que possa considerar outros dados disponibilizados pela Enquete Docente, como o acúmulo de cargos/funções, a relação número de alunos por professor, além da grave indicação de assédio moral e de falta de democracia na escola.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300002>. Acesso em 3 de março de 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 4.219, de 20 de dezembro de 2022. Atualiza a NR-5 como Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédios - CIPA. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/NR05atualizada2023.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Apresentação, Brasília, 2024.

ESTEVE, José Manuel. **O Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere [livro eletrônico]: caderno 6 (VIII): 1930-1932: miscelânea - Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acessado em 02 de outubro de 2025.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Angra dos Reis, RJ, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/panorama>. Acesso em 14 de setembro de 2025.

KOSÍK, K. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LAMOSA, Rodrigo, A. C. Trabalho e saúde de professoras e professores da Educação Básica no Rio de Janeiro. [Pesquisa/Enquete Docente] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/LIEPE), Nova Iguaçu, 2025.

LEHER, R. 25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, C; BRASIL, I; MOROSINI, M. V; (Organizadores). Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS: tradução inglesa de Jean-Pierre Barakat; tradução espanhola de Atelier das Letras Ltda. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MENDONÇA, Sônia R. **Estado ampliado como ferramenta metodológica. Revista Marx e o Marxismo** v.2, n.2, jan/jul 2014.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. (Educação contemporânea).

ZAFALÃO, João. **Do que adoecem os professores e as professoras?** São Paulo: Ed. Usina Editorial, 2021.